



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00062/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00122/2021**

CONTRATO Nº: 00010/2022-CPL

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA E UZE
BRINDES E UNIFORMES LTDA, PARA
FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO
NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Alhandra - Rua Presidente João Pessoa, 66 - Centro - Alhandra - PB, CNPJ nº 08.778.318/0001-00, neste ato representada pelo Prefeito Marcelo Rodrigues da Costa, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua João Agripino, - Centro - Alhandra - PB, CPF nº 726.523.494-49, Carteira de Identidade nº 1397789 SSP PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado UZE BRINDES E UNIFORMES LTDA - RUA ANTONIO PAULINO MARINHO, 16 - MANGABEIRA II - JOÃO PESSOA - PB, CNPJ nº 15.348.142/0001-11, neste ato representado pelo procurador Francisco Breno da Nobrega Galvão, Brasileiro, Casado, Vendedor, residente e domiciliado na Rua Ilustrador Noé Vieira de Almeida, 45, Mangabeira - João Pessoa - PB, CPF nº 702.800.054-07, Carteira de Identidade nº 3069082 SSSD-PB, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Presencial nº 00062/2021, processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação dos serviços de confecção de uniformes diversos (masculinos e femininos) e a aquisição de materiais de EPI's para os funcionários deste Município.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 00062/2021 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 9.399,00 (NOVE MIL E TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 00062/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00122/2021

CONTRATO Nº: 00010/2022-CPL

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos Próprios do Município de Alhandra:

02.001 GABINETE DO PREFEITO

04.122.2021.2003 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários

3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários

3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties

02.002 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.2021.2031 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários

3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties

3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários

3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties

02.003 SECRETARIA DE FINANÇAS

04.123.2021.2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças

3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários

3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties

3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários

3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties

02.004 SECRETARIA DE AGRICULTURA

20.122.2021.2051 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários

3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties

3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários

3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties

02.005 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.1039.2013 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – MDE

3390.30.00.111 Material de Consumo – Recursos Ordinários

3390.39.00.111 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários

12.361.1039.2160 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – QSE

3390.30.00.120 Material de Consumo – Recursos QSE

3390.39.00.120 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos QSE

02.007 SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.2020.2091 Manutenção das Atividades ADM. da Secretaria de Saúde

3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários

3390.30.00.211 Material de Consumo – Recursos FUS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00062/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00122/2021

CONTRATO Nº: 00010/2022-CPL

3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties
3390.39.00.211 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FUS
3390.39.00.214 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos SUS
3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties
10.301.3004.2078 Manutenção dos Serviços de Atenção Básica de Saúde
3390.30.00.211 Material de Consumo – Recursos FUS
3390.30.00.214 Material de Consumo – Recursos do SUS
3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties
3390.39.00.211 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FUS
3390.39.00.214 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos SUS
10.302.1025.2082 Manutenção das Atividades do SAMU
3390.30.00.211 Material de Consumo – Recursos FUS
3390.30.00.213 Material de Consumo – Recursos SUS–PB
3390.30.00.214 Material de Consumo – Recursos SUS
3390.39.00.211 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FUS
3390.39.00.213 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos SUS–PB
3390.39.00.214 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos SUS
10.302.1025.2088 Manutenção da Atenção de Média e Alta Complexidade – MAC
3390.30.00.211 Material de Consumo – Recursos FUS
3390.30.00.214 Material de Consumo – Recursos SUS
3390.39.00.211 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FUS
3390.39.00.214 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos SUS
10.302.1025.2082 Manut. Das Atividades do Hospital Municipal
3390.30.00.211 Material de Consumo – Recursos FUS
3390.30.00.213 Material de Consumo – Recursos SUS–PB
3390.39.00.211 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FUS
3390.39.00.214 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos SUS
02.012 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.2021.2123 Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Urbanos
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties
02.013 SECRETARIA DE TRANSPORTES
04.122.2021.2142 Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
02.014 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSITO – SMTRAN
04.125.2021.2212 Manutenção das Atividades Administrativa e Operacionais da SMTRANS
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties
02.019 SUBPREFEITURA DE MATA REDONDA
04.122.2021.2210 Manutenção das Atividades da Subprefeitura de Mata Redonda
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
02.020 SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 00062/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00122/2021

CONTRATO Nº: 00010/2022-CPL

04.122.2021.2210 Manutenção das Atividades Admin. e Operacionalização da Guarda Municipal
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties
02.021 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E CULTURA
04.122.2021.2222 Manutenção das atividades da Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
3390.39.00.530 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Royalties
02.022 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
18.541.2021.2232 Manutenção das Atividades Adm. da Secretaria de Meio Ambiente
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
02.023 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.451.2021.2245 Manutenção das Atividades Adm. da Secretaria de Infraestrutura
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
02.024 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL CIDADANIA E HABITAÇÃO
08.122.2021.2249 Manutenção das Atividades Adm. Sec. de Ação Social, Cidadania e Habitação
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.30.00.311 Material de Consumo – Recursos FNAS
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
3390.39.00.311 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FNAS
08.244.1036.2250 Manutenção das Atividades do CRAS
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.30.00.311 Material de Consumo – Recursos FNAS
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
3390.39.00.311 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FNAS
08.244.1036.2251 Manutenção das Atividades do CREAS
3390.30.00.001 Material de Consumo – Recursos Ordinários
3390.30.00.311 Material de Consumo – Recursos FNAS
3390.39.00.001 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários
3390.39.00.311 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Recursos FNAS

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2022, considerada da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00062/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00122/2021

CONTRATO Nº: 00010/2022-CPL

- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeita o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 00062/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00122/2021

CONTRATO Nº: 00010/2022-CPL

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Alhandra.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

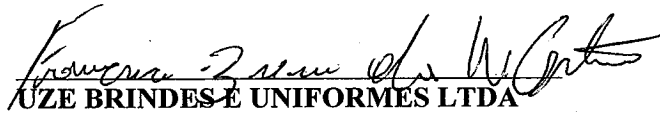
Alhandra - PB, 25 de Fevereiro de 2022.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE


MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito
726.523.484-49

PELO CONTRATADO


FRANCISCO BRENO DA NOBREGA
GALVÃO
CNPJ nº 15.348.142/0001-11
Procurador: FRANCISCO BRENO DA NOBREGA
GALVÃO
CPF: 702.800.054-07

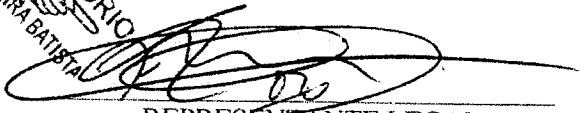
UZE BRINDES E UNIFORMES



PROCURAÇÃO

Ao 21 (vigésimo primeiro) dia do mês de Junho do ano de 2021 (Dois Mil e Vinte e um), a empresa Uze Brindes e Uniformes Ltda sediada à Rua: Antônio Paulino Marinho nº. 16 – Bairro: Mangabeira II João Pessoa – PB Fone: (83)3238-7892, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 15.348.142/0001-11 e IE nº 16197166-0 representada neste ato pelo Sr. Flavio Ricardo de Melo De Sa Marquim, casado, portador de identidade 3143622 SSP-PB, CPF (MF) nº 069.754.714-01, com a função na empresa de Diretor, domiciliado nesta capital Rua: Jose Francisco Da Silva, 2181 - Cristo – CEP: 58071-120-João Pessoa/PB no telefone 98870-7384. Aos quais confere poderes para o Sr. Francisco Breno Da Nobrega Galvão, solteiro portador de identidade 3.069.082 /SSP-PB, CPF (MF) nº 702.800.054-07, com a função na empresa de representante, domiciliado nesta capital Rua: Ilustrador Noé Vieira de Almeida nº 45 –Mangabeira– João Pessoa/PB, representá-lo junto aos Órgãos públicos, sejam Federais, Municipais, Estaduais ou Autarquias em geral em todo território Nacional com finalidade de participar e requerer editais de concorrências, tomadas de preço, pesquisas de preços, carta convite ou qualquer modalidade de compra e venda, podendo para tanto no exercício do presente mandado, negociar preços, dar lances verbais, assinar declarações de quaisquer naturezas solicitadas no edital, assinar termos de responsabilidade, assinar contrato de fornecimento e outros documentos caso a outorgante seja vencedora, entregar e solicitar amostras, visitar técnicas para fins de qualquer certame licitatório, interpor ou desistir inclusive administrativos, solicitar entrega de documentos para cadastramentos, assinar ficha cadastral, assinar proposta de preço, entregar propostas, rubricar documentos de terceiros, assinar atas, transigir, desistir, enfim praticar para todos os atos necessários ao fiel cabal cumprimento do presente mandato. O presente instrumento terá validade por tempo indeterminado.

CARTÓRIO
VIEIRA BATISTA


REPRESENTANTE LEGAL
FLAVIO RICARDO DE MELO DE SA MARQUIM
RG: 3143622 SSP/PB
CPF: 069.754.714-01

VB

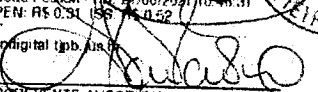
RECONHECIMENTO DE FIRMA 2021-027681

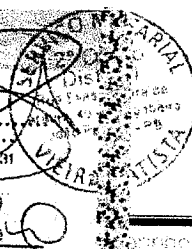
Reconheço por semelhança a firma de:
FLAVIO RICARDO DE MELO DE SA MARQUIM

Dou fe. em testemunho de verdade. João Pessoa - PB, 21/06/2021, às 11:06:39
EMOL. R\$ 10,47 FEPJ: R\$ 2,09 TARPEN: R\$ 0,31 ISS: R\$ 11,52

SELO DIGITAL: ALP93478-4ORL

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>


ALCERLAINE FELIX FERNANDES - ESCRIVENTE AUTORIZADA



Cartório nº. 15 - Bairro Mangabeira II
892 - e-mail: azevedobastos@gmail.com
CNPJ/MF sob nº. 15.348.142/0001-11 e Inscrição Estadual nº 16197166-0

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em segunda-feira, 21 de junho de 2021 11:09:34 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provedimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/46552106218581903422>

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 46552106218581903422-1
Data: 21/06/2021 11:06:39
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALR51454-MSHG;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>


Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa NATALIA PRISCILA DOS SANTOS SILVA - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa NATALIA PRISCILA DOS SANTOS SILVA - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a NATALIA PRISCILA DOS SANTOS SILVA - ME assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/06/2021 11:20:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa NATALIA PRISCILA DOS SANTOS SILVA - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 46552106218581903422-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3202cf809308f99d8f2fe87399fd76713920a1949047248b76f8d7540cd319a0b78b4b98b32c2708eddbbe4a5be4c4ffab3f9cab224141f869b28de5d0674580



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



Comissao Permanente de
Fis. 949

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRAFEGO
E ANTI-IBRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: FRANCISCO BRUNO DA NOBREGA GALVAO

DOCUMENTO / ORGANIZACAO: 3069082 SDBS PB

CV: 702.800.054-07 DATA NASCIMENTO: 23/01/1998

MUNIC: FRANCISCO DE ASSIS GALVAO NETO ANA BEATRIZ DA NOBREGA GALVAO

PROBADO: 07197838480 VALIDEZ: 19/01/2023 1ª HABILITACAO: 17/01/2023

CLASSIFICACAO: [] ACC: [] CATEG: []

Observações:

Assinatura do Portador: *Francisco Bruno da Nobrega Galva*

LOCAL: JOAO PESSOA, PB DATA EMISSAO: 10/02/2020

Assinatura do Emissor: *[Assinatura]*

83174868334
PB040598330

PARAIBA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1845414919

PROBIDO PLASTIFICAR 1845414919